

7. IMPACTOS DE TRANSFERÊNCIAS PECUNIÁRIAS SOCIAIS: EVIDÊNCIAS DE ESTUDOS DE CASO DA ÁFRICA AUSTRAL

Katharine Vincent e Tracy Cull

Introdução

Muitos países começam a reconhecer o papel da protecção social na promoção da segurança alimentar entre os grupos mais vulneráveis. As transferências sociais – ou seja, transferências pecuniárias regulares e previsíveis, ou de alimentos ou de produtos agrícolas – são uma parte importante dos programas de protecção social, e têm sido bem aceites quer pelos governos quer pelas ONGs em toda a África Austral, com um particular interesse crescente nas prestações pecuniárias. No passado, as respostas à insegurança alimentar baseavam-se na ajuda humanitária com apoio alimentar, que era reactiva e servia para manter as pessoas vivas, ou, na melhor das hipóteses, trazê-las de volta ao seu ponto de partida. Contratualmente, por chegar regularmente, seja mensal seja trimestralmente, as transferências pecuniárias permitem que os beneficiários tenham uma perspectiva a mais longo prazo e planifiquem a sua subsistência em conformidade, o que significa que elas possibilitam de uma forma activa que as pessoas melhorem os seus meios de subsistência, reduzindo a sua vulnerabilidade e nível de pobreza.

Há, realmente, uma quantidade crescente de evidências de transferências pecuniárias em toda a região que mostra que, além de promoverem a segurança alimentar, as transferências sociais têm efeitos benéficos adicionais. Estes são abrangentes e estendem-se, além do beneficiário directo da prestação pecuniária, à família. Para o destinatário, existem indícios que sugerem que as transferências pecuniárias promovem a autoestima, o estatuto social e a emancipação. Também melhoram a segurança

alimentar e o estado nutricional, não apenas do destinatário da transferência, mas também de outros membros do agregado familiar. A recepção de dinheiro também reduz não só a pobreza absoluta mas também o hiato da pobreza, promovendo a equidade, e fornece ainda o capital necessário aos beneficiários para participarem noutros benefícios da política social, incluindo a saúde e a educação.

Este artigo enuncia dados empíricos para os impactos de transferências pecuniárias na África Austral, com base numa extensa revisão da literatura e na avaliação da evidência principal de 20 programas sociais de transferência no Lesoto, no Malawi, em Moçambique, na Suazilândia, na Zâmbia e no Zimbabwe, colectada entre 2005 e 2008 no âmbito da Agenda Regional para a Construção de Evidência (REBA) do Programa Regional contra a Fome e Vulnerabilidade (RHVP).

O que é protecção social?

A protecção social pode ser definida como sendo todas as iniciativas que proporcionem transferências de rendimentos ou de bens de consumo para os pobres, que protejam as pessoas vulneráveis contra riscos de subsistência e que melhorem o estatuto social e os direitos das pessoas socialmente excluídas e marginalizadas (Devereux e Sabatés-Wheeler, 2007). Esta ampla definição permite que diferentes categorias de pessoas exijam diferentes formas de protecção social. Entre aqueles que requerem protecção social encontram-se os cronicamente pobres, incluindo os camponeses desprovidos de terra e os órfãos, os que se encontram economicamente em risco tais como as pessoas que vivem com HIV/SIDA, pessoas deslocadas no país e refugiados bem como pessoas socialmente vulneráveis, incluindo minorias étnicas, pessoas que vivem com deficiência e agregados familiares chefiados por crianças. Para proteger a sua subsistência, cada um destes grupos requer diferentes formas de protecção social: as transferências sociais (subvenções por deficiência ou subsídios de apoio à criança, por exemplo), serviços sociais (cuidados domiciliários, educação, saúde) e de transformação social (mudanças de políticas e de legislação mais amplas a fim de garantir direitos aos grupos vulneráveis). A noção mais típica de seguro social, incluindo pensões contributivas e licenças de maternidade, está também englobada no conceito de protecção social, embora nitidamente apenas disponível para aqueles com capacidade de o pagar. A área da protecção social que é provavelmente a mais imediatamente relevante para o desenvolvimento favorável aos pobres é a das transferências sociais. Estas são transferências não contributivas e previsíveis para os destinatários. Podem assumir diversas formas: em dinheiro, em cheques, alimentos, insumos agrícolas, medicamentos e isenção de pagamento por cuidados de saúde ou dispensa de propinas

escolares. Existe já uma série de programas de transferência social em curso na África Austral (Ellis et al., 2009): a África do Sul, a Namíbia, o Botswana, a Suazilândia e o Lesoto têm, por exemplo, formas de pensões sociais não contributivas que providenciam transferências pecuniárias aos cidadãos idosos; o Malawi tem um programa de insumos subvencionados que provê com fertilizantes e sementes subvencionados os agricultores vulneráveis, mas viáveis, e o Zimbabwe tem um Módulo de Assistência à Formação Básica que providencia a isenção de pagamento de propinas escolares¹. Muitos países também fornecem anti-retrovirais (ARV) às pessoas que vivem com o HIV/SIDA. Tem sido prestada particular atenção por doadores, organizações humanitárias e políticos para o papel das transferências pecuniárias na promoção do desenvolvimento “pró-pobres”.

Transferências pecuniárias como forma de protecção social

As transferências pecuniárias previsíveis para grupos vulneráveis estão a despertar cada vez mais o interesse entre os doadores, as ONGs e os governos nacionais na África Austral, com uma série de projectos-piloto e de programas nacionais que têm sido implementados (para mais informações, consulte www.wahenga.net). Proporcionar aos beneficiários transferências regulares e previsíveis de dinheiro dá-lhes a flexibilidade necessária para planificar as suas despesas imediatas para satisfazer necessidades básicas de consumo, bem como lhes proporciona a oportunidade de investir em actividades produtivas. Existe agora um crescente corpo de indícios a comprovar que as transferências pecuniárias são eficazes na redução da vulnerabilidade e da pobreza crónica (Barrientos e DeJong, 2006; Farrington e Slater, 2006) e que têm impactos positivos mais amplos no seio dos agregados familiares beneficiários e das comunidades (Davies e Davey, 2008).

Impacto das transferências pecuniárias

O impacto das transferências pecuniárias começa com o destinatário e, em seguida, expande-se para o agregado familiar, a comunidade e finalmente para o país, o que significa que muitas mais pessoas poderão efectivamente dizer-se beneficiárias de transferências pecuniárias do que apenas aquelas que os recebem. Particularmente, existe muita evidência dos efeitos redistributivos das pensões de reforma para além dos beneficiários idosos apenas (Ardington e Lund, 1995; Lund, 1993; Moller e Sotshongaye, 1996; Moller e Ferreira, 2003). Esta secção examina a evidência destes impactos, começando ao nível do receptor e expandindo-se para os agregados familiares, a comunidade e o país².

Promoção da autoestima, do estatuto pessoal e da capacitação

Ao nível micro, as transferências pecuniárias promovem a autoestima, o estatuto e a capacitação entre as pessoas mais vulneráveis, permitindo-lhes serem membros activos dos seus agregados familiares e comunidades, em vez de encargos. Os beneficiários de tais transferências são normalmente os grupos mais vulneráveis da população, que estão dependentes, de diversas maneiras, de outros membros do seu agregado familiar para o seu bem-estar. Os idosos, por exemplo, encontram-se tipicamente dependentes dos seus filhos para que deles cuidem. Um reformado do Lesoto descreve: “antes éramos tratados como se estivéssemos mortos. Agora as pessoas respeitam-me” (Save the Children UK/HelpAge Internacional/IDS, 2005: 3). Da mesma forma, um beneficiário de subvenção por deficiência em Langa, na África do Sul, explica: “esta subvenção por deficiência é muito útil porque posso comprar alimentos e medicamentos, caso seja necessário. Também me tornei numa pessoa decente – agora tenho um seguro e contas bancárias” (Surender et al., 2007).

As mulheres são também muitas vezes beneficiárias de transferências, o que contribui para promover a igualdade de género, e há indícios que sugerem que é mais verosímil que as mulheres gastem dinheiro para o benefício de todo o agregado familiar e não apenas para um único indivíduo. Como resultado, muitas transferências pecuniárias são fisicamente pagas às mulheres. Uma mulher de 61 anos, casada e mãe de seis filhos, que recebe uma prestação do Programa de Dowa de Transferência Pecuniária de Emergência (DECT), no Malawi, explica: “Eu sou a única que toma conta do dinheiro. Sou mãe e, geralmente, fico em casa e sei do que a família precisa. Eu também sou a única que decide como o dinheiro do DECT é gasto. Os homens geralmente não se preocupam com a casa, mas eu, que estou em casa, vejo todos os problemas. É por isso que sou eu a tomar as decisões” (Mvula, 2007).

Além de melhorar a autoestima e a capacitação, a recepção de transferências sociais em dinheiro também permite que adultos fisicamente aptos e produtivos procurem activamente trabalho. Na África do Sul, os agregados familiares que recebem a pensão de reforma da terceira idade têm uma taxa de participação no mercado de trabalho de 11 a 12% superior à dos agregados familiares que não recebem o subsídio, e taxas de emprego de 8 a 15% mais elevadas (Samson e outros autores, 2004). Do mesmo modo, avaliações de impacto na Zâmbia mediram melhorias significativas na motivação dos beneficiários: pensam que são considerados menos pobres pela comunidade, e enfrentam o futuro de forma mais positiva, o que é uma condição fundamental para sair do ciclo vicioso da pobreza. Com o programa Transferência Pecuniária Social,

12% mais pessoas relataram ver o futuro positivamente, com 23% mais a ter planos para o futuro no momento da avaliação, na fase inicial (MCDSS/GTZ, 2007).

Melhorar a segurança alimentar e o estado nutricional

Ao nível do agregado familiar, há abundantes evidências a mostrar que as transferências pecuniárias melhoraram a segurança alimentar e nutricional. Normalmente uma grande parte duma transferência em dinheiro é gasta em comida: a avaliação de Alimentação e Transferências Pecuniárias (FACT) do Malawi mostrou que 75,5% da transferência eram tipicamente gastos em produtos alimentares (Devereux e outros autores, 2006). No Lesoto, o número de idosos reformados que referem nunca passar fome subiu de 19%, antes da reforma, para 48%, após esta ter sido introduzida (Croome e Nyanguru, 2007). As transferências pecuniárias não só aumentam o volume de alimentos disponíveis, mas também levam a um aumento na variedade dos alimentos consumidos dentro dos agregados familiares: na Zâmbia, 12% mais de agregados familiares consumiam proteínas diariamente e 35% consumiam óleo todos os dias desde que tinham recebido uma transferência, em comparação com os agregados familiares que a não recebiam (MCDSS/GTZ, 2007). Mas, para além disto, há dados morfométricos que comprovam que a recepção do subsídio de apoio à criança na África do Sul aumenta a altura das crianças que o recebem em 3,5 centímetros, se for recebido no seu primeiro ano de vida e durante dois dos primeiros três anos, e que a pensão de reforma da terceira idade aumenta a altura das meninas do agregado familiar em mais de 2 centímetros (Aguero et al., 2007). Existem diferenças de género na partilha de pensões (Burns et al., 2005), com uma maior proporção das pensões das mulheres a ser gasta em alimentos (Case e Deaton, 1998), e mostrando as pensões das mulheres uma melhoria particular na altura e peso das meninas (Duflo, 2003).

Melhorar o acesso aos serviços sociais

Os benefícios dos agregados familiares não se limitam à segurança alimentar e nutricional. Há também indícios que mostram que a recepção duma transferência pecuniária melhora o acesso aos cuidados de saúde e educação. Além de a melhoria do estado nutricional promover directamente a melhoria do estado de saúde dos membros do agregado familiar, as transferências em dinheiro permitem que os agregados familiares beneficiários paguem os cuidados de saúde. Na Zâmbia, por exemplo, a incidência de doenças reduziu de 42,8% para 35%, e a incidência de visão parcial foi reduzida de 7,2% para 3,3%, possivelmente devido ao facto de os agregados familiares beneficiários poderem arcar monetariamente com pequenas cirurgias oculares (MCDSS/GTZ, 2007).

As transferências pecuniárias também desempenham um papel importante no acesso à educação, tanto mediante o provimento dos meios para pagar propinas escolares, como na compra de requisitos periféricos associados à frequência da escola, tais como uniformes, livros e artigos de papelaria. A educação é aceite como um meio fundamental na redução da pobreza intergeracional e na promoção do desenvolvimento, mas o seu acesso é frequentemente dificultado pelos custos. A prestação em dinheiro aumenta as taxas de inscrição: as Transferências Pecuniárias Sociais da Zâmbia aumentaram as taxas de matrícula escolar de 3% para 79,2%, e 50% dos jovens que não estavam na escola no momento do estudo básico da fase inicial encontravam-se inscritos na altura da avaliação (MCDSS/GTZ, 2007). Na África do Sul, a recepção do Subsídio de Apoio à Criança é positivamente correlacionada com a frequência da escola pelo beneficiário: a recepção do subsídio parece diminuir em mais de metade a probabilidade de uma criança em idade escolar não frequentar a escola (Williams, 2007). Na Namíbia, entrevistas com uma turma do 12.º ano revelaram que a participação de 14 dos 16 alunos se devia tão-somente ao facto de os seus avós receberem uma pensão de reforma (Devereux, 2001).

Logo que se faz um investimento na educação mediante o pagamento de propinas, há um incentivo para que as crianças frequentem a escola, o que reduz o trabalho infantil e outros tipos de absentismo. No Malawi, as crianças dos agregados familiares beneficiários do programa piloto de transferência pecuniária de Mchinji estavam ausentes uma média de 1,6 dias, em comparação com 2,6 dias para os agregados familiares não beneficiários (a média antes da transferência era de 2,6 em ambos os tipos de agregado familiar) (Miller, 2008). Usando os dados do levantamento domiciliar nacional em 2000, na África do Sul, os modelos mostram que a recepção da pensão de reforma da terceira idade por um agregado familiar está associada a uma redução de 20% a 25% do absentismo escolar, e que o recebimento do subsídio de apoio à criança está associado a uma redução de 25% deste absentismo (Samson et al., 2004).

Investimento em meios de subsistência e actividades produtivas

Quando os agregados familiares se encontram numa situação de pobreza crónica, lutam para manter os seus bens, que tendem a ser sacrificados em períodos de grave escassez alimentar. O período pré-colheita é um período recorrente de escassez de alimentos, e, como tal, tende a dar origem a um aumento dos preços dos alimentos e à necessidade de dispor de bens para poder comer. Este problema da sazonalidade da fome dificulta a fuga à armadilha da pobreza pelos agregados familiares, já que estes são incapazes de acumular bens para promover a sua subsistência (Devereux et al., 2008). O recebimento de transferências pecuniárias permite aos agregados familiares

cronicamente empobrecidos terem uma garantia de que serão capazes de assegurar as suas necessidades básicas todo o ano, independentemente da sazonalidade.

Ao mesmo tempo em que protege os bens de vendas de emergência, a recepção de transferências pecuniárias também fornece pequenos montantes de capital para investimentos em actividades produtivas, tais como apetrechos agrícolas e instrumentos, dando oportunidade aos destinatários não só de protegerem mas também de melhorarem o seu bem-estar económico. No programa de transferências pecuniárias sociais de Kalomo, na Zâmbia, 29% dos rendimentos transferidos foram investidos, quer na compra de animais e de insumos agrícolas quer em actividades empresariais informais (MCDSS/PWAS/GTZ, 2005). A propriedade de bens entre os destinatários evoluiu positivamente de 4,2 bens, na fase inicial, para 5,2, na altura da avaliação. O aumento de propriedade de gado ou animais de pequeno porte foi particularmente notável: sete vezes mais agregados familiares possuíam caprinos e a propriedade de aves domésticas aumentou 15 pontos percentuais. 71% de todos os agregados familiares indicaram que tinham investido parte do dinheiro e 52% destes indicaram que tinham gerado rendimentos adicionais (MCDSS/GTZ, 2007).

Provas de investimento em bens são também reiteradas por programas de transferência pecuniária noutros países. Um receptor do Subsídio de Apoio à Criança em Mdantsane, na África do Sul, explica: “Eu vendo doces e biscoitos para que não me falte o petróleo de iluminação. Compró-os com o dinheiro do subsídio de apoio à criança. Faço-o para que, quando se esgotar o subsídio, não fiquemos às escuras” (Surender et al., 2007). Na Suazilândia, a possibilidade de um rendimento garantido através do Subsídio à Terceira Idade favorece o acesso a insumos agrícolas em termos fáceis (concessionários), particularmente através de cooperativas agrícolas e de cooperativas de crédito (Dlamini, 2007: 18).

Crescimento económico mais amplo

Uma das consequências do provimento de dinheiro a pessoas vulneráveis é que é provável que o gastem, quer em alimentação quer em serviços sociais ou em bens. Como o dinheiro é gasto localmente, isto estimula os mercados locais, promovendo o comércio e a produção e, conseqüentemente, levando a benefícios económicos mais amplos ao nível da comunidade, mediante o efeito multiplicador. Uma série de economias de comunidades anteriormente estagnadas mostraram beneficiarem da injeção de dinheiro realizada através das transferências pecuniárias.

Na Zâmbia, de todas as compras feitas com rendimentos das transferências pecuniárias, 63% são efectuadas por vizinhos, 11% são realizadas em lojas e 7% a comer-

ciantes rurais, mostrando, assim, que significativamente mais de três quartos do dinheiro injectado na economia é gasto localmente (MCDSS/PWAS/GTZ, 2005). Tanto a Namíbia como a África do Sul, por exemplo, relatam o aumento do comércio de mercearias e a formação de novas empresas, resultantes dos seus respectivos regimes de pensões sociais (Ardington e Lund, 1995; Lund, 2002). Do mesmo modo, a investigação sobre os impactos da Pensão de Reforma da Terceira Idade no Lesoto mostra que, em média, 18% do dinheiro transferido é usado na criação de postos de trabalho para outras pessoas (HelpAge, 2006). Talvez a prova mais convincente venha dum estudo econométrico no distrito de Dowa, no Malawi, após o programa Dowa de Transferência Pecuniária de Emergência (DECT), o qual demonstra que, para cada dólar (USD 1\$) de transferência, foi observado um multiplicador regional de 2,02 a 2,45 na economia local, o que significa que houve o dobro do impacto da transferência efectiva na economia local, a favor de não beneficiários da transferência, tais como comerciantes e fornecedores (Davies e Davey, 2008).

Redução da pobreza nacional e melhorias na equidade

O efeito líquido dos benefícios das transferências pecuniárias a pessoas individuais e a agregados familiares é a diminuição da pobreza. Na sua forma mais rudimentar isto mede-se em reduções nas contagens de pobreza: na África do Sul, por exemplo, a pobreza seria 5% mais elevada sem a pensão de reforma da terceira idade (40% em comparação com 35%) (Case e Deaton, 1998), e a média de pobreza seria 10,41% mais elevada (Barrientos, 2005). Do mesmo modo, em Moçambique, o dinheiro do programa de transferência do GAPVU (Gabinete de Apoio à População Vulnerável) estimou-se ter contribuído para uma redução na contagem da pobreza de 6%, e nas reduções do hiato de pobreza e da severidade de pobreza em 27% e 44% respectivamente (Datt et al., 1997).

Estatísticas desagregadas também destacam os efeitos específicos dos diferentes tipos de transferências entre os diferentes grupos vulneráveis. Na África do Sul, entre uma amostra de agregados familiares afectados pelo HIV/SIDA, tanto em áreas rurais como em urbanas, o Subsídio de Apoio à Criança reduziu a incidência de pobreza em 8%, o Subsídio de Apoio ao Acolhimento de Menores reduziu a incidência de pobreza até 6%, e a pensão de reforma da terceira idade reduziu a incidência da pobreza em 48% (Booyesen, 2004). O vasto leque de transferências pecuniárias sociais disponível para os diversos grupos vulneráveis da população na África do Sul também levou a reduções notáveis da pobreza. Modelos de simulação mostram que, na ausência de quaisquer subsídios, 55,9% dos idosos estariam na pobreza, e 38,2% encontrar-se-iam

na ultra-pobreza. Por definição, 40% dos indivíduos são “pobres” antes da simulação do efeito da subvenção. Presumindo que todas as pessoas elegíveis requeressem a subvenção, a pobreza global desciria para 33,1% após a pensão de reforma. Surpreendentemente, a pobreza entre os idosos cairia para 22,9% e a ultra-pobreza entre os idosos decairia para 2,5%. Na ausência do subsídio de apoio à criança, mas após se ter em conta a pensão de reforma, 42,7% das crianças estariam na pobreza e 13,1% encontrar-se-iam na ultra-pobreza. Partindo do pressuposto de que todos os que são elegíveis (com idade inferior a 7) também requerem o subsídio de apoio à criança, a pobreza dos agregados familiares cairia para 8,9%. De forma ainda mais surpreendente, a pobreza entre as crianças (com menos de 7) decairia de 42,7% para 34,3% e a ultra-pobreza desciria de 13,1% para 4,2% (Woolard, 2003). Embora a redução da pobreza seja, obviamente, o resultado primário, um corolário disto é que os custos de provimento da protecção social cairão ao longo do tempo, à medida em que aumenta o crescimento económico e se reduz o hiato de pobreza. Isto demonstrou-se verdadeiro em exercícios de modelação para a África do Sul (Samson et al., 2005).

Conclusão

Há cada vez mais provas sobre o impacto económico e social positivo das transferências pecuniárias com base em projectos-piloto e programas ao nível nacional na África Austral. Neste artigo analisaram-se algumas dessas provas, em grande parte colectadas de 2005 a 2008 pela Agenda Regional para a Construção de Evidência (REBA) do Programa Regional contra a Fome e Vulnerabilidade (RHVP). Os impactos começam ao nível do destinatário, nos quais as transferências pecuniárias promovem a autoestima e a capacitação, e estendem-se a outros membros do agregado familiar, que também beneficiam de um aumento de segurança alimentar e nutricional, melhor acesso a serviços sociais, assim como da protecção dos bens dos agregados familiares. O gasto de dinheiro dentro das comunidades locais estende ainda os benefícios a um nível mais abrangente e o impacto global dá origem à redução da pobreza e à promoção da equidade ao nível nacional.

Notas

¹ Para mais informação sobre estes e outros programas sociais de transferência em funcionamento na África Austral ver http://www.wahenga.net/index.php/evidence/case_study_briefs/

² Esta secção baseia-se em Vincent e Rock (2007).

Referências

- AGUERO, J., CARTER, M. e I. WOOLARD. 2007. “The Impact of Unconditional Cash Transfers on Nutrition: the South African Child Support Grant”. Documento de Trabalho 39. Brasília: International Poverty Research Centre.
- ARDINGTON, E. e F. LUND. 1995. “Pensions and Development: Social Security as Complementary to Programmes of Reconstruction and Development”, *Development Southern Africa* 12 (4): 557-577.
- BARRIENTOS, A. (2005) *Non-Contributory Pensions and Poverty Reduction in Brazil and South Africa*. ISPM Working Paper. Manchester: IDPM.
- BARRIENTOS, A. e J. DEJONG. 2006 “Reducing Child Poverty with Cash Transfers: a Sure Thing?” *Development Policy Review*, 24(5): 537-552.
- BOOYSEN, F. 2004. “Social Grants as a Safety Net for HIV/AIDS-affected Households in South Africa”, *Journal of Social Aspects of HIV/AIDS Research Alliance*, 1 (1): 45-56.
- BURNS, J., KESWELL, M. e M. LEIBBRANDT. 2005. “Social Assistance, Gender and the Aged in South Africa”, *Feminist Economics* 11: 103-115.
- CASE, A. e A. DEATON. 1998. “Large Cash Transfers to the Elderly in South Africa”. *Economic Journal* 108 (450): 1230-1261.
- CROOME, D. e A. NYANGURU. 2007. *The Impact of the Old Age Pension on Hunger and Vulnerability in a Mountain Area of Lesotho*. Relatório escrito para a Agenda Regional para a Construção de Evidência (REBA) do Programa Regional contra a Fome e Vulnerabilidade (RHVP), Johannesburg.
- DATT, G., J. PAYONGAYONG., L. GARRETT e M.T. RUEL. 1997. *The GAPVU cash transfer program in Mozambique: an assessment*. Washington DC: IFPRI.
- DAVIES, S. e J. DAVEY. 2008. “A Regional Multiplier Approach to Estimating the Impact of Cash Transfers on the Market: the Case of Cash Transfers in Rural Malawi”. *Development Policy Review*, 26(1): 91-111.
- DEVEREUX, S. 2001. “Social pensions in Namibia and South Africa”. *IDS Working Paper* 379. Brighton: IDS.
- DEVEREUX, S., VAITLA, B. e Samuel Hauenstein SWAN. 2008. *Seasons of Hunger: Fighting Cycles of Quiet Starvation Among the World’s Rural Poor*. London: Pluto Press.

- DEVEREUX, S. e R. SABATES-WHEELER (editors). 2007. “Debating Social Protection”, *IDS Bulletin*, 38(3). Brighton: Institute of Development Studies
- DEVEREUX, S., P. MVULA e C. SOLOMAN. 2006. “After the FACT: an evaluation of Concern Worldwide’s food and cash transfers project in three districts of Malawi, 2006”. Lilongwe: Concern Worldwide.
- DLAMINI, A. 2007. “A review of social assistance grants in Swaziland: a CANGO/RHVP case study on public assistance in Swaziland”. Relatório escrito para a Agenda Regional para a Construção de Evidência (REBA) do Programa Regional contra a Fome e Vulnerabilidade (RHVP), Johannesburg.
- DUFLO, E. 2003. “Grandmothers and granddaughters: old age pension and intra-household resource allocation in South Africa”. *World Bank Economic Review*, 17(1): 1-25.
- ELLIS, F., DEVEREUX, S. e P. WHITE. 2009. *Social Protection in Africa*. Cheltenham: Edward Elgar.
- FARRINGTON, J. and R. SLATER. 2006. “Introduction: Cash Transfers: Panacea for Poverty Reduction or Money down the Drain?”, *Development Policy Review*, 24(5): 499-511.
- LUND, F. 1993. “State Social Benefits in South Africa”, *International Social Security Review*, 46 (1): 5-25
- MCDSS/GTZ. 2007. *The pilot social cash transfer scheme in Zambia: summary report. 6th edition*. MCDSS: Lusaka. http://mcdss.websitedesign.co.zm/media/17.sct_summary_report_6th_.pdf referido por http://www.socialcashtransfers-zambia.org/scheme_reports.php
- MCDSS/PWAS/GTZ. 2005. *External monitoring and evaluation report of the pilot social cash transfer scheme, Kalomo district, Zambia*. Lusaka: MCDSS/GTZ.
- MILLER, C. 2008. *External Evaluation of the Mchinji Cash Transfer Pilot*. Available online at www.socialcashtransfers-Malawi.org
- MOLLER, V. e A. SOTSHONGAYE. 1996. “‘My Family Eat This Too’: Pension Sharing and Social Respect Among Zulu Grandmothers”, *South African Journal of Gerontology*, 5 (2): 9-19.
- MOLLER, V. e M. FERREIRA. 2003. *Getting By... Benefits of Non-Contributory Pensions for Older South African Households*. Cape Town: Institute of Ageing in Africa, 87p.

- MVULA, P. 2007. *The Dowa Emergency Cash Transfer (DECT) Project: A Study of the Social Impacts*. Relatório preparado para a Agenda Regional para a Construção de Evidência (REBA) do Programa Regional contra a Fome e Vulnerabilidade (RHVP), Johannesburg.
- SAMSON, M., MACQUENE, K. e I. VAN NIEKERK. 2005. *Addressing Inequality: Policies for Inclusive Development. A Case Study of Social Security in South Africa*. Final report for the Inter-Regional Inequality Facility. Cape Town: EPRI.
- SAMSON, M., LEE, U., NDLEBE, A., MACQUENE, K., VAN NIEKERK, I., GHANDHI, V., HARIGAYA, T. e C. ABRAHAMS. 2004. "The Social and Economic Impact of South Africa's Social Security System". *EPRI Research paper 37*. Cape Town: EPRI.
- Save the Children UK, HelpAge International, and Institute of Development Studies. 2005. *Making cash count*. Brighton: Institute of Development Studies. www.wahenga.net/uploads/documents/library/STC_IDS05_report.pdf
- SURENDER, R., P. NTSHONGWANA, M. NOBLE e G. WRIGHT. 2007. *Employment and Social Security: A Qualitative Study of Attitudes towards the Labour Market and Social Grants*. Department of Social Development. South Africa
- VINCENT, K. e J. ROOK. 2007. *The impact of cash transfers: theory and evidence from southern Africa*. Preparado para o Programa Regional contra a Fome e Vulnerabilidade (RHVP). www.wahenga.net/uploads/documents/focus/The_Impact_Cash_Transfers.pdf
- WILLIAMS, M.J. 2007. "The Social and Economic Impacts of South Africa's Child Support Grant". *EPRI Working Paper 39*. Cape Town: EPRI.
- WOOLARD, I. 2003. *Impact of government programmes using administrative data sets: social assistance grants*. Project 6.2 of the 10 year review research programme.